



Uso de *crack* entre jovens

Histórias para reconstruir os percursos de cuidado e cidadania

FOTO Leo Lopes

Edna Linhares Garcia
Alíssia Gressler Dornelles
Mauriceia Eloisa Moraes
Bruna Rocha de Araújo
Emanuelli Paludo
Giórgia Reis Saldanha

Iniciamos este artigo com a frase de um adolescente, que se destaca aos nossos olhos e ouvidos: “Nada mudou na minha vida depois que comecei o *crack*”, diz ele. Surpresa com a resposta de seu entrevistado, que, em oposição ao discurso de tantos outros sujeitos da pesquisa, não demoniza o *crack*, a pesquisadora questiona: “Como assim?”. A delicada objetividade com que a frase é repetida pelo jovem nos anuncia um encontro com revelações de realidades que passam à margem dos discursos dominantes que circulam pela mídia repetidamente.

O jovem que nos fala e se faz ouvir, que se expressa com voz tranquila e sorriso incrédulo, é João, estudante do 2º ano do Ensino Fundamental. A experiência de João demonstra a diversidade de sentimentos vivenciados em seus 14 anos de idade, regulados por excessos e limites que se tornam invisíveis por discursos de culpa com os quais se defrontou ao longo da vida.

Estas informações e fragmentos divulgados fazem parte de um banco de dados mais amplo, com diversas histórias de vida, adquirido através da pesquisa “A realidade do crack em Santa Cruz do Sul”. Maiores informações e reflexões sobre a pesquisa são encontradas na publicação “(Re)conhecendo o perfil do usuário de crack de Santa Cruz do Sul”, de Garcia et al. (2012).

A vivência de João exemplifica uma realidade com a qual nos deparamos quando nos propomos a ouvir o sujeito para além das drogas e dos discursos hegemônicos. Ao ouvirmos o discurso do sujeito e os seus múltiplos vieses, seja por meio da análise das entrevistas realizadas na presente pesquisa, seja no cotidiano dos serviços, podemos perceber, em ambos os casos, a complexidade inerente à condição de sujeito. Desta forma, não é raro que profissionais da saúde, da educação, da assistência social, entre tantos outros, se proponham a refletir sobre o cenário que constitui a vida dos jovens, especialmente dos jovens usuários de crack, fazendo emergir uma questão que exige reflexões: o que fazer diante de tantos descaminhos produzidos ou reforçados pelos encontros tão precoces com as drogas?

Ao se tratar de questões complexas, como a drogadição, compostas de fatores sociais, históricos, culturais, econômicos, políticos, adentra-se inevitavelmente no campo das políticas públicas e da intersectorialidade (saúde, educação, assistência social, sociologia, direito etc.), a partir das quais programas, ações e intervenções são pensados e elaborados com objetivo de possibilitar respostas diante de problemas decorrentes do uso abusivo de drogas. Quando estas questões abrangem a infância e a adolescência – e quase sempre o fazem –, maiores são a cautela e a prudência necessárias, já que nos referimos a sujeitos em pleno processo de constituição e desenvolvimento de sua subjetividade.

A realidade social contemporânea oferece um contexto onde o crack é colocado como vilão, o único responsável pelas “desgraças atuais”, o que ocasiona um sentimento generalizado de caos social. Conforme Terra (2011), no jornal Folha de São Paulo, “hoje já morrem mais vítimas da epidemia do crack do que das demais epidemias virais somadas. Pelas amostragens municipais, podemos inferir que 1% da nossa população está dependente da droga. São quase dois milhões de brasileiros!”.

No entanto, é indispensável que haja o reconhecimento de que, em nome do crack, tem-se construído práticas que produzem e são produzidas por uma linguagem ideológica que toma as drogas como “o problema social”. Ao assumir este discurso, menosprezam-se questões que são mais importantes e clamam por uma resposta, especialmente de como se instaurou esse fenômeno na realidade atual.

Neste sentido, o fenômeno da drogadição não pode ser visto e compreendido apenas como uma estatística assustadora que promove a demonização do crack e impossibilita

provoações reflexivas; ao contrário, estes discursos devem convocar para uma análise dos fatores que promovem e propiciam o seu alastramento.

Entender o *crack* como vilão não é uma verdade absoluta para todos. A abordagem da mídia sobre o tema tem um apelo de interesses, investindo na transmissão de um discurso social aterrorizante, resultando em uma alienação relacionada aos questionamentos sociais e econômicos envolvidos no crescimento do número de usuários. Entendido como “a problemática social”, o *crack* ocupa espaço nas agendas dos governantes, tal como um ente que, para ser combatido e a paz reinar outra vez (se é possível pensar que ela já existiu em algum momento), requer dos governos altos investimentos.

O *crack* como epidemia

A compreensão do *crack* como o vilão responsável pelos diversos problemas sociais é prioritariamente disseminada pela mídia, o que influencia diretamente nas práticas e nas intervenções para as pessoas que usam drogas. Tais ações, em sua maioria, buscam eliminar o uso do *crack* sem levar em consideração a necessidade de compreender as relações de verdade, saber e poder que as sustentam.

Podemos pensar que são produzidos discursos simplistas e a-históricos, que estabelecem uma relação causal entre usuários de drogas – sejam estes crianças, adolescentes ou adultos – e transtornos de conduta, violência, delinquência, marginalidade etc. Em decorrência desta relação linear, assistimos à produção de práticas carregadas de preconceitos e exclusões, que negam as múltiplas realidades de vida e desconsideram a possibilidade destas comporem o mesmo contexto social.

Em razão deste reducionismo e objetivação das questões que envolvem as drogas, Conte (2003, p. 14) destaca a perda da possibilidade de se conhecer “as nuances singulares de como a droga pode instalar-se em qualquer quadro clínico”, conhecimento este valioso para operar na integralidade do cuidado.

Na mesma direção, com o intuito de sinalizar os riscos dos discursos “demonizantes”, Santos (2010) chama atenção para prejuízos às conquistas da luta antimanicomial:

A falta de debates democráticos sobre o assunto tem capitalizado discursos de cunho ideológico, deixando a população à mercê de um discurso reducionista sobre o assunto, o que incide no cotidiano da rede de cuidados de pessoas que usam drogas, fragilizando e desqualificando a assistência. Além disso, este discurso coloca todas as pessoas que usam drogas ilícitas num lugar marginal, como bode expiatório dos problemas sociais, desconsiderando quaisquer outros aspectos da contemporaneidade relacionados ao tema (SANTOS, 2010, p.16).

Este panorama demonstra, de maneira direta e indireta, outra tendência da sociedade contemporânea, tão interligada à primeira: a constante e intensa tentativa de eliminar todo o sofrimento e o mal-estar, esquecendo-se ou ignorando que estes são intrínsecos ao laço social e à vida em sociedade.

Freud (1930) já lembrava que a reação mais comum diante do mal-estar é a tentativa de sua supressão imediata. Birman (2005) retoma esta proposição e considera que na sociedade atual – marcada por uma imagem ideal, sinônimo de juventude e imediatismo – os medicamentos são instrumentos profícuos para anestesiar sensações e sentimentos não desejados, servindo ao imperativo de não sentir ou manifestar qualquer indício de tristeza, fraqueza, angústia, o que poderia gerar situações de estigma e exclusão.

Este fato vem se tornando cada vez mais presente em diversos contextos da vida em sociedade. Não é difícil nos depararmos com a proposta de salvação a partir da medicalização, seja na escola, na família, no trabalho. Observa-se a recorrência com que progressivamente as pessoas buscam sedativos e estimulantes para enfrentar, por exemplo, as questões do mundo do trabalho e da escola – competitividade, pressão por resultados, solidão, concentração –, características tão presentes no cenário contemporâneo.

Contudo, ainda que esta busca por compostos químicos seja uma demanda atual, é indispensável observar que o consumo intenso dessas drogas não se apresenta como grande questão a ser debatida e combatida; o enfoque dado às drogas ainda é fortemente limitado a conceitos construídos social e historicamente, tais como licitude, moralidade, criminalidade.

Entendemos que esta discussão sobre drogas lícitas ocorre devido a se tratarem de drogas que estão asseguradas por discursos de saber e poder garantidos pela linguagem das neurociências, esta ciência que nos promete um futuro onde alcançaremos uma felicidade plena, livres da angústia estrutural (e estruturante) inerente à condição humana.

O cuidado a partir das políticas públicas

A proposta da Reforma Psiquiátrica Brasileira, regida pela Lei 10.216/2001, indica as novas diretrizes que devem ser respeitadas e seguidas para o trabalho em saúde mental. Esta reformulação objetiva a reestruturação dos modelos de atenção para lidar com o sofrimento psíquico, baseada na garantia dos direitos humanos e na condição de que todo cidadão é um sujeito de direito, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Desta forma, segundo Romanini e Roso (2012), a Política Nacional para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (2003) tenta romper com abordagens reducionistas e criminalistas, propondo uma compreensão complexa e histórica sobre o uso de drogas, que inclua aspectos individuais, sociais, psicológicos, econômicos e políticos. Os autores afirmam que ações de repressão e tratamentos centrados em aspectos biológicos, curativos e da abstinência estão ligados à criminalização do usuário de drogas e ao discurso antidrogas.

Acreditando que é possível construir uma atenção à saúde e um cuidado humanizado aos usuários de drogas, pode-se pensar em algumas assertivas apropriadas para a reflexão sobre a temática do uso de drogas, principalmente quando envolve crianças e adolescentes.

Esta perspectiva nos convoca, enquanto atores sociais, a contribuir para a construção de novos manejos de cuidado, pautados especialmente na valorização e na dimensão singular de cada sujeito, atentando para os diversos fatores que o constituem.

É importante pontuar que as toxicomanias e o uso de drogas não são sinônimos, assim como não é regra que todo usuário desenvolve uma toxicomania. E, desta forma, torna-se essencial atentar para o lugar que a droga ocupa na vida do sujeito e como ela se apresenta inteiramente singular em cada processo.

É indispensável compreender a adolescência na sua singularidade, buscando desconstruir a tendência em associá-la à fragilidade e à vulnerabilidade para, então, tentar compreendê-la como um período da vida onde os jovens se deparam com muitos conflitos de diversas ordens, diante de processos de subjetivação fundamentais e necessários aos próximos momentos da vida. Estes conflitos não necessariamente indicam (psico)patologias.

Sabemos que a adolescência desperta constantes preocupações por parte dos pais, educadores e da sociedade em geral, por entendê-la como condição propícia ao envolvimento com as drogas ilícitas. Contudo, torna-se fundamental não estabelecer uma relação de causalidade entre drogadição e adolescência, mas sim entender o contexto no qual a adolescência se constitui na modernidade. Sendo assim, é fundamental contar com contextos de sustentação familiar, escolar, comunitária, que possam produzir vínculos afetivos seguros para que o sujeito possa elaborar e conviver com todas as transformações nas quais se encontra envolto.

O uso de drogas nos convoca a olhar para o jovem

Diante dessas considerações sobre drogas e os diferentes aspectos envolvidos, torna-se imprescindível que os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com jovens problematizem a temática, refletindo sobre os aspectos da contemporaneidade. Dessa forma, ampliarão a capacidade de transformação, valorizando a diversidade dos caminhos que podem levar à construção de valores como cidadania, ética, alteridade e relação. Isto significa realizar um esforço para abandonar o discurso hegemônico e as práticas excludentes, que desacreditam nos sujeitos, na medida em que enlaçam um caráter biologicista e moralista aos sentimentos e manifestações, tomando a todos como problemáticos e marginais.

A prática de atividades, elaboradas junto com os jovens no contexto escolar e social, é uma importante ferramenta de ação em promoção de saúde. Por exemplo, a construção de projetos artísticos (música, dança, desenho, pintura), espaços de discussão e diálogo sobre temas diversos valoriza o saber desenvolvido por eles e, com isso, ajuda-os a construir autonomia e formas de enfrentamento dos problemas da vida, ou seja, sentimentos, ideias, valores que possam lhes auxiliar na vivência de situações difíceis no contexto familiar ou na comunidade. Estas sugestões são ferramentas de intervenção com objetivo de pensar a integralidade do sujeito e não apenas o problema do uso de drogas.

Nesta perspectiva, este grupo de pesquisa vem articulando ações, tais como o “Fórum de Discussão sobre Drogas na Contemporaneidade: Caminhos de Prevenção”, que objetiva a apresentação dos dados da pesquisa aos mais diversos setores da sociedade e a constituição de um espaço de diálogo, visando à prevenção ao uso de drogas e promoção da saúde. É dirigido aos estudantes (crianças e adolescentes) da rede de ensino municipal e estadual da região, bem como aos pais, professores e profissionais da saúde, assistência social, direito, entre outras.

Vale lembrar que nenhuma ação é neutra em si mesma, que a imparcialidade é uma condição ilusória. Logo, não podemos abrir mão do caráter político de nossas ações. Na medida em que sustentamos uma posição ética, em defesa da singularidade e da alteridade do sujeito, neste mesmo instante estamos, inevitavelmente, no campo político, costurado por diversas lógicas de poder e saber, que por vezes facilitam e noutras dificultam possibilidades e desejos de avançar.

Cabe a nós, pais, profissionais, jovens, sonhadores, e muitos outros que somos, em esforço conjunto, escolhermos a posição – que é sobretudo uma posição ética – a partir da qual compreendemos o sujeito e sua existência. Este lugar exige que pensemos para além da droga, desnaturalizando ideologias que se proliferam por variados discursos e, assim, abrindo uma possibilidade de narrativa singular para a história de sujeitos como João, que nos convoca a escutar e compreender usuários de drogas como cidadãos que têm suas vidas atravessadas por uma lógica social, histórica, política, e não apenas pela droga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, B. R.; GARCIA, E. L.; ZACHARIAS, D. G. O crack em redes discursivas: evidenciando concepções e problematizando práticas de enfrentamento. *Revista Jovens Pesquisadores (UNISC)*, 3 (1), 94-108, 2013.

BIRMAN, J. Diagnóstico da contemporaneidade. In: JUNIOR A. M., TEDESCO, S.; KUPERMANN, D. (ORGS). *Polifonias: Clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CONTE, M. *A clínica psicanalítica com toxicômanos: o “corte & costura” no enquadre institucional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DIMENSTEIN, G. A Ilusão da Operação Militar no Rio. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2014.

- FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: *Sigmund Freud - Obras Completas*, vol. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARCIA, E. L.; ARAÚJO, B. R.; ZACHARIAS, D. G. 'Recaídas' na drogadição: uma via para (re)pensar a atenção à saúde. *Saúde em Debate (CEBES)* 37 (especial), 137-146, 2013.
- GARCIA, E. L. et al. (Re)conhecendo o perfil do usuário de crack de Santa Cruz do Sul. *Barbarói (UNISC)* 36 (especial), 83-95, 2012.
- GARCIA, E. L. et al. Entre a alienação de familiares de usuários de crack e os riscos do pesquisador. *Barbarói (UNISC)* 39, 13-35, 2013.
- GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico, Porto Alegre, PUCRS*, v.41, n.3, pp.332-339, jul./set. 2010.
- LANCETTI, A. Desmistificação da existência de epidemia de álcool e outras drogas e medidas higienistas. In: Conselho Federal de Psicologia. *Drogas e Cidadania: em debate*. Brasília: CFP, 2012.
- MELMAN, C. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 1992.
- MERHY, E. E. O ato de governar as tensões constitutivas do agir em saúde como desafio permanente de algumas estratégias gerenciais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2014.
- ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e Crack: Promovendo Saúde ou Reforçando Relações de Dominação? *Psicologia: Ciência e Profissão (CFP)* 32 (1), 82-97, 2012.
- SANTOS, L. M. B. Diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam droga. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). Porto Alegre, 2010.
- TERRA, O. Bobagens? *Folha de São Paulo*. Caderno opinião A3. Disponível em: <http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>. Acesso em 18 jul. 2014.
- TOROSSIAN, S. D. *A construção das toxicomanias na adolescência: travessias e ancoragens*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

RESUMO

A realidade do crack no Brasil é notoriamente um fenômeno que abarca uma complexidade de fatores e se configura como uma importante demanda de saúde pública. Com base na pesquisa "A Realidade do Crack em Santa Cruz do Sul", propomos neste texto uma reflexão acerca dos desafios e enfrentamentos necessários para a percepção daquilo que se mantém, sub-repticiamente, nos discursos aterrorizantes sobre o crack, a fim de promover uma discussão que possibilite um novo olhar para o sujeito usuário, valorizando práticas intersetorializadas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: crack, jovem, saúde pública, políticas públicas.

DATA RECEBIMENTO: 20/08/2014

DATA DA ACEITAÇÃO: 17/10/2014



Edna Linhares Garcia

Psicóloga, Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Promoção de Saúde e do Departamento de Psicologia, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/ Brasil), Coordenadora da Pesquisa “A realidade do crack em Santa Cruz do Sul”.

edna@unisc.br



Alíssia Gressler Dornelles

Psicóloga, Especializanda em Clínica Psicanalítica (Universidade Luterana do Brasil, Santa Maria, ULBRA-SM).

Mauriceia Eloisa Moraes

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil).

Bruna Rocha de Araújo

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Emanueli Paludo

Psicóloga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).

Giórgia Reis Saldanha

Acadêmica de Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil).
Bolsista do Programa UNISC de Iniciação Científica (PUIC).